

Centro de Formação em Conservação da Biodiversidade (ACADEBio)

Atua no desenvolvimento de estratégias, modelos e competências em gestão, operacionais e finalísticas do ICMBio, sendo estratégica para a capacitação contínua e gestão do conhecimento técnico-científico dos servidores.

1.5.6. MECANISMOS DE TRANSVERSALIDADE E ARTICULAÇÃO

A transversalidade e a articulação entre áreas são elementos essenciais para que o ICMBio cumpra suas funções institucionais de forma efetiva e integrada. Como instituição que opera em múltiplas escalas - nacional, regional e territorial -, o ICMBio demanda mecanismos capazes de conectar políticas, processos e fluxos de informação, garantindo coerência entre planejamento, execução e avaliação. Nesse sentido, a estrutura organizacional inclui instâncias estratégicas que promovem diálogo contínuo, alinhamento técnico e a integração necessária entre diretorias, unidades descentralizadas, centros especializados e áreas finalísticas, assegurando uma atuação coordenada no enfrentamento dos desafios da conservação da sociobiodiversidade.

Esses mecanismos de transversalidade e articulação sustentam a governança estratégica, a macrogestão de projetos e parcerias, a implementação de processos de inovação, a consolidação do Plano Estratégico de Pesquisa e Gestão do Conhecimento e o fortalecimento da gestão de dados e informações. Cada uma dessas instâncias contribui para a interação dinâmica entre ciência, gestão, tecnologia, fiscalização, planejamento e participação social. Em conjunto, formam a base de uma atuação sistêmica, colaborativa e tecnicamente integrada, promovendo eficiência institucional e fortalecendo a capacidade do ICMBio de responder a demandas complexas e interdependentes em todo o território nacional. Abaixo, segue uma breve descrição da articulação entre as diferentes áreas e instâncias de atuação do ICMBio.

Governança e Gestão Estratégica

A Coordenação-Geral de Governança Gestão Estratégica - CGGE coordena a governança organizacional, o planejamento e gestão estratégica, a gestão do conhecimento e da informação corporativa e a modernização Institucional. Dessa forma, atua de forma estratégica na articulação e promoção da transversalidade das ações do ICMBio.

Gestão de Projetos e Parcerias

Coordenação de Gestão de Projetos e Parcerias - COGEP (subordinada à CGPLAN/DIPLAN) realiza a macrogestão de parcerias e projetos, monitorando também seus resultados estratégicos. A Comissão Permanente de Projetos e Parcerias - CPPAR atua como instância deliberativa para aprovar e homologar propostas e dirimir impasses em parcerias transversais.

Inovação

O Comitê de Inovação é uma instância que visa promover a transversalidade da inovação, atuando na implementação da Política de Inovação Tecnológica, instituída pela Portaria ICMBio nº 5597, de 11 de dezembro de 2025, e inclui representantes da Divisão de Inovação Tecnológica - DIT, das Diretorias, da Presidência e dos CNPC. A DIT (sob a supervisão da CGPEQ/DIBIO) zela pela Política de Inovação Tecnológica, atua como Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT e Secretaria Executiva do Comitê de Inovação.

Planejamento Estratégico de Pesquisa e Gestão do Conhecimento - PEP ICMBio

Tem como objetivo nortear a pesquisa e contribuir com a gestão do conhecimento no ICMBio, fortalecendo seu papel como Instituição Científica e Tecnológica voltada à conservação da biodiversidade, com ênfase na gestão de Unidades de Conservação e proteção das espécies ameaçadas de extinção. O Painel 5, abaixo, apresenta de forma exemplificativa algumas das estratégias temáticas de pesquisa de programas correlatos do ICMBio para conservação da biodiversidade brasileira.

TEMA	ESTRATÉGIA PEP	PROGRAMA/POLÍTICA VINCULADA	FOCO DAS PESQUISAS
Uso Público	Fixo Gestão Socioambiental	Programa Natureza com as Pessoas	Turismo sustentável, educação ambiental
Manejo do Fogo	Estratégia 15	Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo / CEMIF	Ecologia e regimes de fogo, saberes locais
Espécies Invasoras	Estratégia 12	Programa Nacional de Espécies Exóticas Invasoras	Controle e prevenção
Restauração	Estratégia 13	Planaveg / Política de Clima e Biodiversidade	Áreas prioritárias e técnicas de restauração
Espécies Ameaçadas	Estratégia 14	PANs / CDB 2050	Avaliação e conservação de espécies
Sociobiodiversidade	Estratégias 9 e 10	Programa Natureza com as Pessoas / PNGATI	Governança e modos de vida sustentáveis
Monitoramento	Transversal	Programa Monitora / SISBIO	Gestão do conhecimento e dados de biodiversidade

Assim como para o PDI, o desenvolvimento do Plano Estratégico de Pesquisa e Gestão do Conhecimento - PEP ICMBio exige a colaboração das quatro Diretorias (DIMAN, DIPLAN, DISAT, DIBIO), do Presidente, das GRs, da ACADEBio e dos CNPCs. A articulação dessas instâncias é fundamental para a gestão sistêmica do Instituto. Cumpre esclarecer que a versão revisada do PEP ICMBio, instituída em 2023, não possui vigência normativa, encontrando-se em processo de adaptação ao Planejamento Estratégico Institucional do ICMBio e ao planejamento realizado pela DIBIO em 2023, com vistas a posterior submissão à consideração superior e eventual instituição por meio de Portaria específica.

Gestão de dados e informações

A implementação das ações de cada Diretoria, GR, CT, CNPC e UC depende de dados e informações que muitas vezes são produzidos e geridos por outras áreas. Como exemplo, embora a proteção seja função primária da CGPRO/DIMAN, outras Coordenações-Gerais contribuem com a inteligência ambiental por meio de dados geoespaciais e de monitoramento, que permitem aumentar a efetividade das ações de fiscalização e proteção. A governança desses dados no nível estratégico é realizada pelo Comitê de Governança Digital - CGD, que atua junto ao Comitê Gestor do ICMBio, e no nível técnico, pelo Comitê de Geoinformação e pelo Comitê Técnico de Governança Digital - CTGD, previstos na Política de Governança do Instituto Chico Mendes - PGOV, instituída pela Portaria ICMBio nº 4.101, de 13 de dezembro de 2023. Entre os principais instrumentos e ferramentas em implementação no ICMBio devem ser citados o Catálogo de Dados e Metadados, o Inteligêo e a criação das Infraestruturas de Dados interna (tanto espacial, quando não espacial). Tais mecanismos são a base para a otimização, qualificação e coesão do trabalho das diferentes áreas, sendo estratégicos para o aumento da maturidade de gestão de dados do ICMBio.

2. ÁREAS DE ATUAÇÃO

As áreas de atuação do ICMBio expressam, de maneira integrada, o conjunto de responsabilidades legais, atribuições institucionais e processos finalísticos que orientam sua missão de conservar o patrimônio natural brasileiro. Fundamentada na Lei nº 11.516/2007 e alinhada ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, essa atuação abrange desde a gestão de territórios protegidos até o desenvolvimento de conhecimento científico aplicado, refletindo a complexidade e a abrangência das ações necessárias para assegurar a conservação da biodiversidade em escala nacional.

Essa amplitude operacional se materializa na gestão de 344 Unidades de Conservação e na articulação com diversos atores sociais, institucionais e comunitários. As UCs constituem o eixo estruturante da presença territorial do ICMBio e o principal espaço para implementação de políticas públicas, pesquisa, monitoramento ambiental, proteção, uso sustentável e promoção de atividades compatíveis com a conservação. Para garantir a efetividade desse trabalho, o Instituto organiza sua atuação em modelos de governança, mecanismos de integração territorial, estruturas descentralizadas e centros de pesquisa especializados, assegurando maior eficiência administrativa, racionalidade na alocação de recursos e maior capacidade de resposta às demandas ambientais.

O presente tópico apresenta, de forma sistematizada, as principais áreas de atuação do ICMBio, destacando sua estrutura organizacional, instrumentos de gestão, processos finalísticos e mecanismos de transversalidade. A descrição dessas áreas permite compreender como o Instituto articula conhecimento, gestão territorial, inovação, participação social e proteção ambiental em uma abordagem sistêmica voltada à conservação da sociobiodiversidade. Esse panorama constitui a base para o desenvolvimento das perspectivas estratégicas apresentadas no planejamento institucional 2025-2027.

2.1. O MANDATO LEGAL E AS CINCO FINALIDADES DE ATUAÇÃO

O mandato legal do ICMBio constitui o alicerce normativo que orienta sua atuação institucional e define suas responsabilidades no âmbito da conservação da sociobiodiversidade brasileira. Estabelecido pela Lei nº 11.516/2007 e complementado por dispositivos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, esse mandato atribui ao Instituto o papel de executar ações de gestão, proteção, ordenamento territorial e participação social em áreas protegidas. Trata-se de um arcabouço jurídico que confere clareza de propósito, legitimidade às decisões e diretrizes operacionais para que a instituição cumpra sua missão de forma eficaz, transparente e integrada.

A partir desse fundamento legal, estruturam-se cinco finalidades que organizam a atuação do ICMBio em dimensões complementares: gestão territorial de Unidades de Conservação, conservação de espécies e ecossistemas, fomento à pesquisa e à educação ambiental, estímulo ao uso sustentável dos recursos naturais e promoção da participação social. Essas finalidades sintetizam o escopo multifacetado da instituição, articulando atividades de caráter ecológico, social, científico e administrativo. Assim, o entendimento desse mandato e de suas finalidades é essencial para compreender a lógica de funcionamento do ICMBio, sua estrutura organizacional e as estratégias que sustentam sua atuação no território brasileiro.

2.1.1. EXECUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO - UCs

O ICMBio é responsável por um ciclo completo de atividades relacionadas às Unidades de Conservação instituídas pela União, que inclui a proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento desses territórios. O total de áreas protegidas sob gestão do ICMBio abrange mais de 172 milhões de hectares. Além de conservar a natureza e sua biodiversidade, essas UCs servem como laboratórios e espaços para pesquisa e inovação.

A eficácia dessas áreas na proteção ambiental é evidenciada pelo fato de o desmatamento dentro delas representar apenas 2,4% do total registrado na Amazônia Legal, conforme o relatório PRODES 2023. Em relação a 2022, houve ainda uma redução significativa do desmatamento em Unidades de Conservação: 74% na Amazônia e 62% no Cerrado.

O Planejamento Estratégico 2025-2027 estabelece como objetivo estratégico "ampliar e qualificar os espaços de participação e gestão social, com ênfase nos Conselhos de Unidades de Conservação"; "aprimorar a emissão de autorizações diretas e manifestações para licenciamento ambiental"; "aprimorar os instrumentos de gestão territorial integrada; "aprimorar procedimentos e ampliar a regularização fundiária nas Unidades de Conservação"; "aprimorar procedimentos e intensificar a elaboração de propostas de criação e ampliação de Unidades de Conservação"; e "incrementar e aprimorar instrumentos fundamentais para a gestão das Unidades de Conservação".

Execução de Políticas de Uso Sustentável e Apoio a Populações Tradicionais

Esta área tem como foco a implementação de políticas voltadas ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis e ao apoio às populações extrativistas e tradicionais em Unidades de Conservação. A dimensão socioambiental é crucial, visto que 55,4% das UCs são classificadas como de uso sustentável, buscando compatibilizar a conservação da natureza com a utilização direta dos recursos, garantindo a perenidade dos recursos e a manutenção da biodiversidade de forma socialmente justa e economicamente viável.

Além disso, abrange ações direcionadas à compatibilização de direitos das populações tradicionais que vivem em UCs de proteção integral, reconhecendo a importância de instrumentos que conciliem a conservação ambiental com a garantia dos modos de vida e dos direitos dessas comunidades. Essa abordagem integra o conjunto das UCs sob gestão do órgão, independentemente de sua categoria de manejo.

O Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais - CNPT desempenha um papel fundamental nesta área, fornecendo subsídios técnicos e científicos para a conservação da sociobiodiversidade e para a solução de conflitos envolvendo populações tradicionais em UCs, em parceria com outros CNPC e com as equipes das Unidades de Conservação e de forma integrada à atuação de coordenações na DISAT.

A conservação pelo uso, a partir de processos como práticas produtivas sustentáveis, cadeias da sociobiodiversidade e restauração ecológica produtiva demandam ações de pesquisa específicas e de monitoramento participativo da biodiversidade, integradas à extensão, troca de saberes e articulação comunitária.

O Planejamento Estratégico 2025-2027 estabelece como objetivo estratégico "ampliar a cobertura e facilitar o acesso das famílias beneficiárias às políticas sociais e econômicas"; "apoiar organizações de povos e comunidades tradicionais para fortalecimento das economias da sociobiodiversidade"; e "aprimorar o procedimento e incrementar a elaboração de instrumentos de compatibilização e afirmação de direitos".

2.1.2. FOMENTO E EXECUÇÃO DE PROGRAMAS DE PESQUISA, PROTEÇÃO, PRESERVAÇÃO, CONSERVAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Esta é uma área central que define o ICMBio como uma Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação - ICT. O Instituto tem a atribuição legal de fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação, conservação e de educação ambiental. A geração de conhecimento científico, o fomento à produção de saberes e o estímulo à inovação são intrínsecos à concretização da missão institucional, compondo o núcleo da atuação do ICMBio como órgão responsável por produzir, sistematizar e aplicar ciência voltada à conservação da biodiversidade.

A atuação na área da pesquisa é detalhada no Plano Estratégico de Pesquisa e Gestão do Conhecimento - PEP ICMBio, que visa fortalecer o Instituto como uma organização de ciência e tecnologia, desenvolvendo pesquisas aplicadas e gerando conhecimento relevante para a gestão de Unidades de Conservação, proteção de espécies ameaçadas, manejo e uso sustentável dos recursos naturais e valorização dos saberes e práticas dos povos e comunidades tradicionais associados às UCs. Esse esforço é apoiado pelo expressivo contingente de instrutores qualificados do ICMBio, que desempenham papel estratégico na disseminação de conhecimento técnico e científico dentro e fora da instituição. Atualmente, o Instituto conta com 425 instrutores, dos quais 319 certificados formalmente por portaria após concluírem o Curso de Formação de Instrutores - CFI. Esse corpo instrucional possui alta qualificação acadêmica: 44 doutores, 4 pós-doutores, 233 mestres e 163 especialistas, fortalecendo a capacidade institucional de formar brigadistas, analistas, gestores e colaboradores em diversas áreas temáticas.

No âmbito dos Programas de Pesquisa, Proteção, Preservação, Conservação e Educação Ambiental, o Planejamento Estratégico 2025-2027 estabelece como objetivo estratégico, além dos indicados nas demais finalidades do ICMBio, "ampliar a área manejada com fogo em Unidades de Conservação"; "atuar proativamente no enfrentamento das mudanças do clima"; "incluir a temática mudanças climáticas nos instrumentos de planejamento e gestão"; "intensificar a restauração ecológica nas Unidades de Conservação"; "intensificar o diagnóstico e a proteção de espécies ameaçadas de extinção"; e "intensificar o manejo de espécies exóticas nas Unidades de Conservação". Tais metas reforçam o compromisso institucional de adotar práticas inovadoras, sustentáveis e baseadas em evidências científicas, articulando pesquisa, gestão adaptativa e respostas concretas aos desafios socioambientais contemporâneos.

Anualmente, a DIBIO lança uma Chamada de Planejamento voltada à execução de ações de conservação, manejo de espécies exóticas invasoras, implementação de ações previstas nos Planos de Ação Nacional - PANs, execução das pesquisas definidas no PEP ICMBio e nos Planos Específicos de Pesquisa das Unidades de Conservação. Essa chamada se orienta ao público interno - servidoras e servidores do Instituto que atuam tanto nos Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação quanto nas UCs - estimulando que novas perguntas de pesquisa sejam formuladas e transformadas em ações operacionais, ampliando assim o alcance das diretrizes institucionais para o desenvolvimento de ciência aplicada.

